



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682479 - SP (2021/0233243-9)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PAULO SERGIO GUARDIA FILHO - SP294745
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : L H D S (INTERNADO)
PACIENTE : R V G DA S (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de L H D S e R V G DA S em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Instrumento n. 2277334-97.2020.8.26.0000).

Foi indeferido pelo magistrado de primeira instância o pedido de internação provisória formulado pelo Ministério Público contra adolescentes que teriam praticado atos infracionais análogos ao crime de tráfico de drogas (art. 33 da Lei n. 11.343/2006).

Inconformado, o *Parquet* interpôs agravo de instrumento que foi provido pelo Tribunal *a quo* para determinar a internação provisória dos adolescentes.

Nesta via, a impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a imposição da internação provisória.

Alega que se trata de medida ilegal, que não demonstrou a necessidade da internação e fundamentou-se apenas na quantidade do entorpecente apreendido (124,4g de maconha e 11g de cocaína), violando os arts. 108 e 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Aduz que a internação é excessivamente gravosa em relação à conduta praticada e aos predicados pessoais dos adolescentes, que seriam primários.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para cassar a decisão que decretou a internação provisória dos pacientes.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que há plausibilidade jurídica no pleito.

A internação provisória foi determinada pelo Tribunal *a quo* com base na seguinte fundamentação (fls. 28-29):

O ato infracional equiparado ao tráfico de entorpecentes é de extrema gravidade, equiparado a crime hediondo (artigo 2º da Lei nº 8.072/90) e, não raro, quem a ele se dedica tem o escopo do lucro fácil e menosprezo pelo trabalho lícito, com reflexos manifestamente prejudiciais ao meio social.

E, no caso sub judice, há suficientes indícios acerca da autoria e materialidade do ato infracional.

O boletim de ocorrência (fls. 1/4 dos autos de origem)

descreveu minuciosamente o ato ilícito, o auto de exibição e apreensão (fls. 5) discriminou os entorpecentes apreendidos e o auto de apreensão dos adolescentes indicou sua autoria (fls. 6/9).

E não obstante a primariedade dos representados, ambos se encontram em situação de grande vulnerabilidade.

O agravado L. H. D. S., de 17 (dezessete) anos de idade, não mora com seus genitores e possui histórico de permanência em instituição de abrigo. Ademais, está fora dos bancos escolares desde o ano de 2018, além de consumir maconha e tabaco desde os 13 (treze) anos (fls. 31/33 dos autos de origem).

Por outro lado, o recorrido R. V. G. da S., de 15 (quinze) anos de idade, também não possui respaldo familiar adequado, pois sua genitora mudou-se para Minas Gerais e, embora ele resida como genitor, a equipe técnica da Fundação CASA não conseguiu contactá-lo. Além disso, o jovem igualmente faz uso de maconha e abandonou os estudos (fls. 34/36 dos autos de origem).

De rigor, portanto, a decretação da internação provisória, a fim de afastá-los do meio de risco, em prestígio ao princípio da precocidade, para que possam surtir, com a máxima brevidade possível, os efeitos almejados pelo legislador menorista.

Nos termos do enunciado sumular 492/STJ, o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, embora seja socialmente reprovável, não conduz, obrigatoriamente, à internação provisória, que somente pode ser decretada nas hipóteses previstas nos arts. 108 e 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MEDIDA DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. GRAVIDADE ABSTRATA DO FATO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

1. Nos termos do art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias, por meio de decisão necessariamente fundamentada em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrando-se, ademais, a imperiosidade da medida.

2. Na hipótese, pode-se verificar que a internação provisória do paciente foi decretada com base na gravidade in abstracto do ato infracional supostamente praticado, sem a demonstração, com base em elementos concretos extraídos dos autos, da efetiva necessidade da internação provisória, o que evidencia a ilegalidade na determinação da medida cautelar, mormente se considerada a inexistência de atos infracionais pretéritos cometidos pelo paciente.

3. Ordem concedida.

(HC 511.993/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA. HABEAS CORPUS. INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA. OFENSA À SÚMULA 492/STJ. ILEGALIDADE. OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.

1. O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, embora seja socialmente reprovável, não conduz, obrigatoriamente, à medida socioeducativa de internação (Súmula n. 492 do STJ).

2. Tendo o paciente obtido remissão em um processo e não lhe sendo ainda imposta medida socioeducativa no processo remanescente, não é proporcional a incidência da medida provisória de internação.

3. Habeas corpus concedido, para revogar a internação provisória do paciente L C M DA S.

(HC 424.976/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018)

No caso concreto, todavia, nenhuma das hipóteses legais foi indicada pela Corte estadual como fundamento para a aplicação da medida de internação provisória.

Ante o exposto, **defiro** o pedido de liminar para suspender a decisão que determinou a internação provisória dos pacientes até o julgamento final do presente *writ*, sem prejuízo da imposição de medidas diversas.

Comunique-se com urgência ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, solicitando-se-lhes informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência